



PROVA SUBJETIVA

GRUPO I

Prezado(a) Candidato(a), para sua segurança, atente para as seguintes instruções:

1. Verifique, com muita atenção, este caderno de prova, que deverá conter uma questão na primeira parte (Dissertação) e 6 (seis) questões na segunda parte, 10 (dez) folhas pautadas frente e verso e 3 (três) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas pelo(a) candidato(a);
2. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição do caderno de prova;
3. Preencha, **em letra de forma**, os campos abaixo reservados para nome, número de inscrição, UF e assine no espaço apropriado;
4. É vedado, **sob pena de nulidade da prova**, inserir no corpo das provas o nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificar o candidato, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente (Resolução nº 135/2012, art. 36, § 4º);
5. Observe rigorosamente o **limite de linhas** para as respostas, caso o examinador tenha fixado, uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes (Resolução nº 135/2012, art. 34, § 4º);

6. UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO, NUMERANDO-AS. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA MESMA QUESTÃO;

7. Sendo insuficiente o número de folhas (rascunho/resposta) constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal folhas adicionais;
8. Reveja as questões, conferindo suas respostas, antes de transcrevê-las em definitivo, evitando rasuras que poderão dificultar o entendimento de suas respostas;
9. Será eliminado o candidato que retirar, ao fim da prova, caderno de prova escrita ou der publicidade a seu conteúdo, por qualquer meio, antes que o faça a organização do concurso (Resolução nº 135/2012, art. 39, parágrafo único).

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ UF: _____

ASSINATURA: _____

GRUPO I

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

O Ministério Público Federal enviou recomendação ao Governador de determinado Estado-membro para que este adeque o presídio estadual às regras da Lei de Execuções Penais. Alegou, dentre outros fundamentos, que o caso já se encontra submetido à Corte Interamericana de Direitos Humanos e que esta já determinou ao Brasil a adoção de todas as medidas necessárias para proteger a vida e a integridade das pessoas recolhidas naquele presídio. Acrescenta que as celas estão superlotadas, que os homicídios de presos são constantes e que os banhos de sol e as visitas de familiares não vêm sendo permitidos há muito tempo. O Governador, em resposta, sustentou que não iria cumprir a recomendação por ausência de legitimidade do MPF e porque as adequações determinadas envolviam dispêndio de recursos públicos, os quais não estavam disponíveis. Invocou, em seu favor, o princípio da reserva do possível. Faça uma inicial de ação civil pública enfrentando a legitimidade do MPF/competência da Justiça Federal e o mérito da questão.

GRUPO I

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Discorra sobre a teoria do impacto desproporcional. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**
2. Discorra sobre a laicidade do Estado e direitos sexuais e reprodutivos. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**
3. O que se entende por eficácia horizontal ("*Drittwirkung*") da proteção internacional dos direitos humanos? A proibição da tortura se dá em eficácia horizontal? **Máximo de 20 (vinte) linhas.**
4. Qual é a relação entre dispositivos de derrogação explícita de direitos dos tratados internacionais de direitos humanos e o art. 3.º comum às quatro Convenções de Genebra de 1949? Há conflito de regimes internacionais em situações de emergência cobertas ora por uns, ora por outro? **Máximo de 20 (vinte) linhas.**
5. Sobre o atual sistema de Financiamento de Campanhas Eleitorais no Direito Eleitoral brasileiro, pode-se afirmar que o atual sistema de financiamento é misto: público (direto e indireto) e privado? Justifique as razões e indique o fundamento jurídico. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**
6. Quais as peculiaridades da Justiça Eleitoral em relação à sua organização e às suas funções? Justifique as razões e indique o fundamento jurídico. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**



PROVA SUBJETIVA

GRUPO II

Prezado(a) Candidato(a), para sua segurança, atente para as seguintes instruções:

1. Verifique, com muita atenção, este caderno de prova, que deverá conter uma questão na primeira parte (Dissertação) e 6 (seis) questões na segunda parte, 10 (dez) folhas pautadas frente e verso e 3 (três) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas pelo(a) candidato(a);
2. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição do caderno de prova;
3. Preencha, **em letra de forma**, os campos abaixo reservados para nome, número de inscrição, UF e assine no espaço apropriado;
4. É vedado, **sob pena de nulidade da prova**, inserir no corpo das provas o nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificar o candidato, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente (Resolução nº 135/2012, art. 36, § 4º);
5. Observe rigorosamente o **limite de linhas** para as respostas, caso o examinador tenha fixado, uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes (Resolução nº 135/2012, art. 34, § 4º);
6. **UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO, NUMERANDO-AS. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA MESMA QUESTÃO;**
7. Sendo insuficiente o número de folhas (rascunho/resposta) constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal folhas adicionais;
8. Reveja as questões, conferindo suas respostas, antes de transcrevê-las em definitivo, evitando rasuras que poderão dificultar o entendimento de suas respostas;
9. Será eliminado o candidato que retirar, ao fim da prova, caderno de prova escrita ou der publicidade a seu conteúdo, por qualquer meio, antes que o faça a organização do concurso (Resolução nº 135/2012, art. 39, parágrafo único).

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ UF: _____

ASSINATURA: _____

GRUPO II

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

Com base em cópia de inquérito policial e nos dados ali produzidos (dentre os quais interceptação telefônica autorizada judicialmente), a UNIÃO promoveu, em 25 setembro de 2007, no foro da Justiça Federal em Brasília, ação civil pública em desfavor de JOAQUIM SOUZA (nome fictício), servidor do Ministério do Trabalho, ocupante de cargo efetivo de gestor público. Imputou-se a esse servidor a prática de improbidade administrativa, em razão de elementos evidenciadores de que teria facilitado a celebração de contrato de gestão, em 30 de março de 2000, com a Fundação “Educação e Trabalho para todos” (nome fictício), sem observância dos requisitos legais e em troca de ajuda financeira para campanha eleitoral de seu cunhado, candidato a deputado estadual. Desse contrato resultou o pagamento da quantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) à Entidade, trinta dias depois da data da formalização do ajuste. Tais fatos vieram ao conhecimento do titular da Pasta do Ministério do Trabalho em 2 de agosto de 2006, por força de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União, tendo sido instaurado processo administrativo disciplinar em 30 de agosto do mesmo ano.

A Fundação “Educação e Trabalho para todos” também foi demandada na mesma ação, em razão do fato acima mencionado, e, ainda, por não ter prestado contas dos recursos recebidos, tal como previsto no contrato de gestão.

Foi formulado pedido condenatório com base na Lei de Improbidade, tendo sido deduzido, também, pleito de ressarcimento ao erário. Houve, ainda, pedido de indisponibilidade de bens, mas sem a indicação de quais deveriam ser objeto de constrição.

Ao final, a União informou ao Juízo que ainda não havia sido promovida a responsabilidade penal dos envolvidos, requerendo a intimação do MPF para adotar providências nessa seara.

GRUPO II

Superada a fase de defesa preliminar, a petição inicial foi recebida, seguindo-se a citação dos réus, o que se deu somente em setembro de 2013, por desídia do serviço cartorário.

Na sua contestação, JOAQUIM SOUZA alegou o seguinte:

a) ausência de elementos idôneos para respaldar a ação, por se tratar de prova produzida unilateralmente, por descaber o emprego de escuta telefônica em ação de natureza civil, e por não ter havido prévia instauração de inquérito civil;

b) descabimento do pedido de indisponibilidade de bens, por ser solvente e por não haver sido comprovado que ele estaria ocultando bens ou deles se desfazendo; b.1) além disso, o pedido foi deduzido genericamente;

c) prescrição de todas as pretensões deduzidas na ação de improbidade, considerada a data do fato, alegando ser necessário promover nova demanda quanto ao pleito de ressarcimento; c.1) prescrição intercorrente, considerando o largo lapso desde a propositura da demanda até outubro de 2013;

d) atipicidade da conduta e ausência de dolo ou má-fé, tidos como indispensáveis à caracterização de ato de improbidade.

A entidade “Educação e Trabalho para todos” também apresentou contestação, afirmando o seguinte:

a) ilegitimidade passiva, por se tratar de pessoa jurídica de direito privado;

b) inadequação da via eleita (ação civil pública), para os fins de condenação por ato de improbidade administrativa, e, eventualmente, descabimento da ação, em razão de não ter sido promovida ação penal relativamente aos fatos narrados;

c) prescrição da ação de improbidade e prescrição intercorrente, não se aplicando, em qualquer hipótese, o prazo prescricional previsto na lei penal.

GRUPO II

O Juiz determinou a intimação do Órgão do Ministério Público do Distrito Federal para intervir no feito, em razão da imputação de irregularidades a uma fundação de direito privado.

Os autos foram com vista ao Ministério Público Federal.

Na condição de fiscal da lei, elabore parecer, realizando o adequado enquadramento dos fatos na Lei de Improbidade e analisando todos os aspectos suscitados nas defesas (ainda que, eventualmente, seja acolhida alguma preliminar ou prejudicial), inclusive as providências determinadas pelo Juízo.

GRUPO II

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Analise o instituto da SERVIDÃO AMBIENTAL, abordando, necessariamente, os seguintes pontos: a) princípio(s) reitor(es); b) natureza jurídica; c) objetivos e consequências; d) modalidades; e) traços comuns e/ou distintivos, em face das servidões administrativas em geral. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**

2. Aponte os traços característicos da CONCESSÃO FLORESTAL, bem como sua natureza jurídica, seu objeto e as condições para sua efetivação. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**

3. Diretor de um estabelecimento financeiro legalmente impedido de contrair empréstimo junto à instituição que dirige, concretiza a operação. No caso, não é devido o imposto sobre operação de crédito ou incide a tributação, malgrado a conduta criminalmente típica? Justificar a opção que adotar à luz dos arts. 3º e 118, do Código Tributário Nacional e indicar o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema. **Máximo de 20 (vinte) linhas** – o valor da resposta à primeira indagação é de 2 pontos; exame à vista dos arts. 3º e 118 do CTN, 2,5 pontos cada; e os dois últimos tópicos, 1,5 ponto cada).

4. a) Princípio da responsabilidade na gestão fiscal. Em que consiste? **Máximo de 10 (dez) linhas (4 pontos).**

b) Incentivo setorial. Exemplificar. **Máximo de 5 (cinco) linhas (2 pontos).**

c) Princípio da quantificação dos créditos orçamentários: previsão no texto da Magna Carta. **Máximo de 5 (cinco) linhas (2 pontos).**

GRUPO II

d) Dívida Pública: classificação constitucional. **Máximo de 5 (cinco) linhas** (2 pontos).

5. O Estado estrangeiro pode, no marco da Resolução n.º 9/2005, do STJ, optar livremente, em casos de assistência jurídica mútua em matéria penal, entre a carta rogatória e o auxílio direto? Quais as vantagens e as desvantagens? **Máximo de 20 (vinte) linhas.**

6. O crime de corrupção é crime internacional? Há, em relação a este, obrigação de perseguir (*aut dedere aut judicare*)? **Máximo de 20 (vinte) linhas.**



PROVA SUBJETIVA

GRUPO III

Prezado(a) Candidato(a), para sua segurança, atente para as seguintes instruções:

1. Verifique, com muita atenção, este caderno de prova, que deverá conter uma questão na primeira parte (Dissertação) e 6 (seis) questões na segunda parte, 10 (dez) folhas pautadas frente e verso e 3 (três) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas pelo(a) candidato(a);
2. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição do caderno de prova;
3. Preencha, **em letra de forma**, os campos abaixo reservados para nome, número de inscrição, UF e assine no espaço apropriado;
4. É vedado, **sob pena de nulidade da prova**, inserir no corpo das provas o nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificar o candidato, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente (Resolução nº 135/2012, art. 36, § 4º);
5. Observe rigorosamente o **limite de linhas** para as respostas, caso o examinador tenha fixado, uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes (Resolução nº 135/2012, art. 34, § 4º);

6. **UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO, NUMERANDO-AS. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA MESMA QUESTÃO;**

7. Sendo insuficiente o número de folhas (rascunho/resposta) constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal folhas adicionais;
8. Reveja as questões, conferindo suas respostas, antes de transcrevê-las em definitivo, evitando rasuras que poderão dificultar o entendimento de suas respostas;
9. Será eliminado o candidato que retirar, ao fim da prova, caderno de prova escrita ou der publicidade a seu conteúdo, por qualquer meio, antes que o faça a organização do concurso (Resolução nº 135/2012, art. 39, parágrafo único).

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ **UF:** _____

ASSINATURA: _____

GRUPO III

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

Em 2008, a União ajuizou perante a Justiça Federal ação de reintegração de posse em desfavor de Marivaldo Coutinho, pescador, sustentando ser proprietária de terreno por este ocupado, situado em área militar na Ilha do Bom Jesus, município do Rio de Janeiro.

Postulou a desocupação liminar e a consequente reintegração definitiva na posse, com a condenação do réu em perdas e danos na base de um salário mínimo por dia, a partir da citação até a restituição definitiva do imóvel.

A liminar não foi concedida.

Em contestação, Marivaldo Coutinho sustentou ser um remanescente das comunidades de quilombo. Acrescentou ter formulado pedido à Fundação Cultural Palmares, a fim de ver reconhecida essa qualidade, o que legitima a titulação definitiva do imóvel ocupado a seu favor. Aduziu deter a posse da área há mais de 4 (quatro) décadas, transmitida por seus ancestrais de geração a geração, e que a União jamais foi possuidora do local ocupado, a ensejar o manejo de ação de reintegração de posse.

Ao mesmo tempo, trouxe aos autos cópia de ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal em dezembro de 2001, quando ainda estava em vigor o Decreto nº 3912/2001, que determinava ser a Fundação Cultural Palmares o órgão responsável para a identificação dos remanescentes das comunidades quilombolas, bem como para a atribuição de reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras por eles ocupadas. O referido decreto foi revogado pelo Decreto nº 4887/2003, que entrou em vigor apenas em 20 de novembro de 2003. O laudo antropológico, que instruiu a ação civil pública, elaborado pela Fundação Cultural Palmares e datado de 06 de março de 2002, identificou todas as famílias detentoras do direito à terra constitucionalmente assegurado, que residiam na Ilha do Bom Jesus.

GRUPO III

Na referida ação civil pública, foi proferida sentença em 2007, na qual o juiz entendeu pela caracterização da localidade como remanescente de comunidade de quilombo, "ao menos para fins de proteção possessória e garantia aos seus membros de não mais serem molestados pela União Federal." Entretanto, o julgador observou não haver como determinar, peremptoriamente, a caracterização da comunidade negra da Ilha de Bom Jesus como descendente de quilombos, seja porque tal providência não constou do pedido inicial, o que violaria o disposto nos artigos 128 e 460, ambos do CPC, seja porque, neste caso, estaria o Poder Judiciário usurpando a competência administrativa do INCRA, sem condições técnicas para fazê-lo. Assim sendo, decidiu pela procedência do pedido em relação à União, devendo esta tolerar a permanência dos integrantes identificados da comunidade dentro das áreas que ocupam na ilha, bem como permitir o retorno dos que de lá foram retirados e se abster de inviabilizar que a comunidade mantenha seu tradicional estilo de vida.

Dessa decisão, houve recurso por parte da União e do Ministério Público Federal para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que pende de julgamento pelo colegiado.

Enquanto tramitava a ação civil pública, o INCRA, no uso das atribuições conferidas pelo decreto citado, produziu um Relatório Técnico de Demarcação e Identificação, que foi o primeiro reconhecimento público oficial de que o território objeto da controvérsia é quilombola. Em agosto de 2006, o INCRA publicou o relatório no Diário Oficial da União, mas, no dia seguinte, por pressão da Casa Civil, tornou sem efeito a publicação anterior. O efeito da publicação do relatório ainda está *sub judice*.

Na ação de reintegração de posse, a sentença, datada de setembro de 2013, julgou parcialmente procedente o pedido autoral, "apenas para declarar o direito à reintegração na posse, sem qualquer direito às indenizações pretendidas por parte da União". Sobrevieram recurso de apelação do autor e remessa necessária.

GRUPO III

O recorrente Marivaldo Coutinho, em suas razões, pugnou pela reforma da decisão, ao fundamento de que tem direito à posse do imóvel, por força do Decreto n.º 4.887/03 e do art. 68 do ADCT, o que restou reconhecido na decisão que julgou a ação civil pública. Alegou, ainda, que a perda da posse representa afronta aos princípios fundamentais consagrados na Constituição Federal e à dignidade da pessoa humana. Ademais, a posse é transmissível (art. 1.206 do CC) e não obsta à sua manutenção a alegação de domínio - *exceptio domini* (art. 1.210, § 2º, do CC).

Defendeu, por fim, que, nesse sentido, a doutrina recente vem entendendo que o preceito em exame consagra uma das mais relevantes inovações do Código Civil em matéria possessória, eliminando de vez a figura da exceção de domínio do ordenamento jurídico.

Os autos vieram com vista para o *Parquet*.

Na qualidade de órgão do Ministério Público Federal, analise o caso e elabore parecer conclusivo, analisando as questões suscitadas e apontando a solução adequada para a controvérsia. Todas as conclusões devem ser fundamentadas.

(Nota explicativa: os dados referentes ao imóvel, à localização e ao autor são fictícios).

GRUPO III

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Analise a possibilidade (4 pontos) e os requisitos (6 pontos) da aplicação das normas de proteção do consumidor (lei 8.078/90) aos usuários de serviços públicos. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**
2. Discorra acerca das seguintes características das agências reguladoras: a) independência orgânica e administrativa (3 pontos); b) regime de pessoal dos dirigentes, do corpo técnico e da procuradoria (3 pontos); c) poder normativo (4 pontos). **Máximo de 20 (vinte) linhas.**
3. Distinga e conceitue sistema jurídico e ordenamento jurídico. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**
4. No Brasil, a família patriarcal foi, sobretudo, fruto de uma concepção autoritária da natureza das relações entre seus membros, que teve origem no direito português do qual se originou. Examine duas características dessa concepção patriarcal contidas no Código Civil de 1916 e compare com as alterações trazidas pelo Código Civil de 2002. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**
5. Nos termos do art. 542, § 3º, do Código de Processo Civil, o recurso especial, quando interposto contra decisão interlocutória proferida em processo de conhecimento, cautelar ou embargos à execução, ficará retido nos autos, sendo processado somente se o reiterar a parte interessada dentro do prazo para a interposição do recurso eventualmente interposto contra a decisão final ou apresentação de contrarrazões. A jurisprudência do STJ tem admitido exceções a essa regra? Justifique a resposta. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**
6. Juízo de inadmissibilidade recursal: a) Natureza jurídica; b) Eficácia e efeitos sobre a interposição de outros recursos. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**



PROVA SUBJETIVA

GRUPO IV

Prezado(a) Candidato(a), para sua segurança, atente para as seguintes instruções:

1. Verifique, com muita atenção, este caderno de prova, que deverá conter uma questão na primeira parte (Dissertação) e 6 (seis) questões na segunda parte, 10 (dez) folhas pautadas frente e verso e 3 (três) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas pelo(a) candidato(a);
2. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição do caderno de prova;
3. Preencha, **em letra de forma**, os campos abaixo reservados para nome, número de inscrição, UF e assine no espaço apropriado;
4. É vedado, **sob pena de nulidade da prova**, inserir no corpo das provas o nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificar o candidato, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente (Resolução nº 135/2012, art. 36, § 4º);
5. Observe rigorosamente o **limite de linhas** para as respostas, caso o examinador tenha fixado, uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes (Resolução nº 135/2012, art. 34, § 4º);

6. UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO, NUMERANDO-AS. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA MESMA QUESTÃO;

7. Sendo insuficiente o número de folhas (rascunho/resposta) constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal folhas adicionais;
8. Reveja as questões, conferindo suas respostas, antes de transcrevê-las em definitivo, evitando rasuras que poderão dificultar o entendimento de suas respostas;
9. Será eliminado o candidato que retirar, ao fim da prova, caderno de prova escrita ou der publicidade a seu conteúdo, por qualquer meio, antes que o faça a organização do concurso (Resolução nº 135/2012, art. 39, parágrafo único).

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ UF: _____

ASSINATURA: _____

GRUPO IV

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

Empresa A, constituída pelos sócios B, C, D e E, todos com poderes de administração e gerência, importou equipamentos de informática de país estrangeiro para comercialização no Brasil. Documentos de importação especificaram bens diversos daqueles guardados nos pacotes introduzidos no país. O valor especificado na documentação era inferior, assim como os tributos recolhidos. Agentes da Delegacia da Receita Federal, em fiscalização, abriram os pacotes e detectaram a desconformidade. Os bens foram apreendidos, tendo sido lavrados termo de guarda fiscal e auto de infração. Concluiu-se que a Empresa A deixara de recolher R\$ 100.000,00 aos cofres públicos. A empresa A impugnou o auto de infração, discutindo o valor do tributo. Impugnação não foi decidida. O Ministério Público Federal foi comunicado da apreensão e, considerando as informações suficientes ao oferecimento da denúncia, imputou a B, C, D e E prática de crime de descaminho, conduta tipificada no artigo 334, *caput*, do Código Penal. O Ministério Público explicou, ao oferecer a denúncia, que o art. 89 da Lei nº 9099/95 não poderia ser aplicado, pois o valor dos tributos não recolhidos era muito alto e o sócio B já havia sido condenado por infração penal análoga, embora a sentença não transitara em julgado. O Juiz, ao examinar o procedimento, rejeitou a denúncia, já que o procedimento administrativo fiscal não estava concluído. Fundamentou-se na Súmula Vinculante 24, do Supremo Tribunal Federal: a impugnação ao auto de infração não estava concluída. Decidiu, também, que o Ministério Público Federal não havia individualizado as condutas e que suspensão do processo seria cabível, independentemente do valor dos tributos não recolhidos. O procedimento foi ao Ministério Público Federal para ciência da decisão. Prepare a medida processual cabível.

GRUPO IV

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Discorra brevemente sobre as teorias relativas ao momento caracterizador da tentativa (*conatus*), exemplificando-as e informando qual ou quais seriam adequadas ao Direito Penal brasileiro. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**
2. Em Tabatinga/AM, cidade fronteira com a Colômbia e Peru, a Polícia Federal intercepta dois indivíduos que transportavam, em espécie, valores de US\$ 100 mil (cem mil dólares) e US\$ 10 mil (dez mil dólares), respectivamente, ocultos em seus pertences, quando se encontravam em um barco que partira de Manaus/AM. Ambos alegaram ter recebido tais valores de “pessoas desconhecidas” para entregá-los a outras, igualmente “desconhecidas”, na cidade de *Letícia*, Colômbia, recebendo, cada qual, determinada quantia pelo serviço. Alegaram, por fim, que “viajavam sozinhos” e que “não se conheciam”. Com base em tais elementos, responda: houve crime? Qual ou quais? Resposta justificada. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**
3. Discorra brevemente sobre os fundamentos jurisprudenciais do STF a respeito do termo inicial da prescrição da pretensão executória. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**
4. Discorra sobre a constitucionalidade do interrogatório por videoconferência no processo penal. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**
5. Discorra sobre prova emprestada no processo penal: conceito, limitações e jurisprudência. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**
6. Discorra sobre a condução coercitiva de pessoa suspeita de ter praticado crime, no âmbito da investigação criminal policial ou do Ministério Público. **Máximo de 20 (vinte) linhas.**